

Perfil e Estilo de Liderança dos Prefeitos-Empresários no Brasil

Pós-Eleição de 2016

Leonardo Bueno França¹

Resumo:

O artigo busca uma qualificação preliminar sobre o perfil e estilo de liderança de prefeitos-empresários antes e depois das eleições municipais brasileiras de 2016, elucidando os incentivos institucionais que favoreceram a demanda por líderes personalistas. O artigo conclui que todos os prefeitos-empresários na amostra foram favorecidos pelas novas regras aplicadas ao sistema eleitoral, pela alta fragmentação partidária e pelo alto grau de desconfiança política que serviu de elemento funcional para a padronização de um discurso antipolítico e polarizador bem como referenciado por uma difusa ideologia gerencialista.

Palavras-Chave: Liderança Política, Prefeitos-Empresários, Rent-seeking, Eleições Municipais de 2016, Comportamento Político.

I. INTRODUÇÃO À TEORIA DOS ESTILOS DE LIDERANÇA POLÍTICA

A teoria dos estilos de liderança aplicada à esfera política, ainda que focada na psicologia política (abordagem comportamental) enquanto disciplina central, pode ser considerada um campo multidisciplinar que combina diferentes metodologias como análise institucional, análise discursiva, análise comparada e análise de conteúdo de mídia (HERMANN, 2002).

De acordo com (HERMANN, 2002), três questões fundamentais direcionam a pesquisa sobre estilos de liderança: (1) os líderes respeitam ou desafiam as restrições normativas e procedimentais do ambiente? (2) os líderes são abertos ou fechados às

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP/PUC-SP).

informações recebidas? (3) qual a motivação que os líderes demonstram para alcançar cargos públicos? Os estilos estão classificados conforme o quadro 1:

Quadro 1: Estilo de Liderança em Função da Resposta às Restrições, Abertura à Informação e Motivação

Comportamento em relação ao ambiente		Motivação	
Resposta às Restrições	Abertura à Informação	Foco no Problema	Foco em Relacionamentos
Desafia Restrições	Fechado à Informação	Expansionista (O foco é expandir o poder e a influência)	Messiânico (O foco é persuadir os outros a aceitarem a mensagem e se juntarem à causa)
Desafia Restrições	Aberto à Informação	Incremental (O foco é manter sua capacidade de manobra e flexibilidade, evitando os obstáculos que limitam ambos)	Carismático (O foco é efetivar a agenda, envolvendo outros no processo e persuadindo-os a agir)
Respeita Restrições	Fechado à Informação	Diretivo (O foco está em orientar pessoalmente a política ao longo de caminhos consistentes com os próprios pontos de vista)	Consultivo (O foco é no monitoramento sobre o apoio ou não por parte de outros atores importantes a uma situação particular)
Respeita Restrições	Aberto à Informação	Reativo (O foco é avaliar o que é possível na situação atual, dada a natureza do problema considerando o que os eleitores pensam)	Complacente (O foco é reconciliar as diferenças e construir consenso, fortalecer os outros e compartilhar a responsabilidade)

Fonte: HERMANN, 2002:9

De certa forma, os seis critérios gerais de avaliação de estilo de liderança em executivos públicos elaborados por estudiosos da psicologia política (GREENSTEIN, 2000)² refletem os critérios de avaliação de governança pública elaborados por órgãos como o Comitê de Especialistas em Administração Pública das Nações Unidas (CEPA-ONU)³.

² A) comunicação política; B) capacidade organizacional; C) habilidade política; D) visão de política pública; E) estilo cognitivo e F) inteligência emocional.

³ A) O *impacto social* das ações governamentais em relação às expectativas dos cidadãos; B) A *eficiência*, na medida em que as políticas reflitam o adequado retorno social em função da utilização de recursos escassos; C) A *transparência*, que permita uma prestação de contas efetiva da autoridade pública, em termos de acesso e qualidade das informações disponibilizadas; D) O *respeito pela diversidade e inclusão social e igualdade para os grupos desfavorecidos*; E) *Confiabilidade dos dados*, que evidenciem uma relação observável entre as políticas avaliadas e os resultados observáveis; F) O *tratamento justo e*

Nesse sentido, compreende-se que para responder às três questões deve-se ampliar o escopo analítico para o contexto, onde é necessário analisar: (4) quais as características normativas e procedimentais do ambiente e (5) como afetam o estilo de atuação. No caso específico dos prefeitos-empresários, cabe ainda indagar: (6) quais as características da trajetória e o perfil dos empreendimentos antes do ingresso na administração pública por método eletivo e (7) como estas características influenciam sua atuação política?

Neste artigo, a liderança política formal (institucional) é entendida tanto como a capacidade normativa de “fazer crer que se pode fazer o que se diz” (BOURDIEU, 2010:185), quanto pela capacidade procedimental de saber-executar um conjunto híbrido de estratégias e tecnologias de gestão orientadas a policiar os custos do exercício utilitário da atividade governamental. Ou seja, o líder político responde pelo valor ético (convicção) e pelo valor de efetividade (consequência) de sua ação (WEBER, 2008:87).

Apresenta-se, nesta comunicação, apenas uma análise inicial de cunho eminentemente exploratório.

II. AS CARACTERÍSTICAS DO AMBIENTE: INCENTIVOS AO PERSONALISMO

Geralmente em tempos de crise econômica e fiscal empresários bem sucedidos no setor privado adentram à esfera política e são eleitos para liderar cargos executivos. Suas estratégias de *marketing* buscam elucidar um compromisso maior com imperativos econômicos (procedimentais) do que a conteúdos ideológicos (normativos).

Uma interpretação economicista afirma que a probabilidade de maior participação de um empreendedor privado na esfera estatal pode ser explicada pelo subdesenvolvimento de mercados e de instituições de apoio à livre iniciativa privada (LI; MENG; ZANG, 2006). Mas por que esses *political entrepreneurs*⁴ entram para a política

imparcial dos cidadãos e o respeito pela legalidade e inclusão social; tomada de decisões democrática e cidadã e engajamento das partes interessadas; G) Política de sustentabilidade. (Longo, 2011:5-6)

⁴ Tal qual prevista pela teoria econômica da democracia de Joseph Schumpeter o termo “*political entrepreneurship*” (empreendedorismo político) é comumente utilizado pela teoria econômica liberal de Ludwig von Mises, este termo também é presente nos textos do cientista político Robert Dahl. Em vários trabalhos recentes o termo ora possui uma conotação negativa, quando os empreendedores políticos estão orientados para a maior influência no setor público para maximizar os lucros de seus empreendimentos (rent-seeking), ora com conotação positiva, quando sua influência organiza e articula ação coletiva promovendo inovação institucional.

formal se sua considerável influência pode se dar por intermediação de entidades setoriais patronais ou através de *lobbying*?

Entre a década de 1960 e 1970, o então sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1971), presidente de honra do PSDB, assim como o sociólogo Florestan Fernandes (1976) e o economista Celso Furtado (1965), destacaram alguns aspectos ético-políticos que serviam de obstáculo à própria liderança política do empresariado nacional. A resistência em buscar novos consensos com a classe trabalhadora e o caráter antinacionalista impediam uma liderança política efetiva por parte do empresariado brasileiro tido como incapaz de estabelecer e executar um projeto nacional.

Já a partir dos anos 1990, essa debilidade seria reflexo da incapacidade de articulação de uma efetiva ação coletiva por parte das distintas frações do empresariado. E a causa reside nas regras do sistema corporativista que propicia a líderes não representativos maiores chances de alcançar altos cargos em entidades setoriais (SCHNEIDER, 1998; WEYLAND, 1997)⁵.

Levando-se em conta que a República e sua técnica representativa estabelece a confiança como uma instituição invisível (ROSANVALLON, 2011), é a ela que se recorre para ressignificar o campo de atuação dos adversários políticos e da população como objeto do governo.

Nesse sentido, nas eleições municipais brasileiras de 2016, o alto grau de desconfiança política serviu de elemento funcional para a padronização de um discurso estratégico antipolítico e polarizador bem como referenciado por uma difusa ideologia gerencialista. O grau de profissionalização das campanhas eleitorais e o volume de capital gasto com *marketing* eleitoral incentivam o personalismo e a mobilização política direta, ou seja, sem a mediação de organizações partidárias e setoriais.

No Brasil, nota-se ainda uma evidente sintonia que faz convergir a crise econômica e a crise política. O declínio do alinhamento institucional entre PT e PMDB pode ser notado pela homologação de mais 11 partidos entre 2005 e 2015⁶ aumentando o já alto custo político de coordenação do grande número de atores com poder de veto.

Todos os prefeitos-empresários selecionados foram favorecidos por novas regras aplicadas ao sistema eleitoral, em particular as novas regras de: (1) financiamento

⁵ Segundo interpretação de MANCUSO (2007), esta seria a 4ª onda de estudos sobre o empresariado brasileiro como ator político. Esta teoria se desenvolveu na década de 1990 majoritariamente por estudiosos estrangeiros. Ver MANCUSO, 2007: 132-135.

⁶ Foram eles: PRB/ PSOL/ PR/ PSD/ PPL/ PEN/ PROS/ SD/ REDE/PMB e NOVO.

exclusivamente por pessoa física; (2) redução do tempo de campanha eleitoral de 90 para 45 dias; (3) redução do tempo de campanha no rádio e na TV de 45 para 35 dias e (4) redução do prazo de filiação de 1 ano para 6 meses.

III. AUTOFINANCIAMENTO DE CAMPANHA

As regras de financiamento de campanha para as eleições de 2016 foram alteradas pela Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015⁷. Nesta eleição não foi autorizada a doação por parte de pessoas jurídicas, restringindo o financiamento à pessoas físicas e ao fundo partidário.

Entre os 20 maiores doadores de campanha, 14 foram candidatos à prefeituras em municípios brasileiros segundo dados do TSE⁸. Estas novas regras explicitaram uma antiga prática de “compra” de apoio parlamentar.

Somente Vittorio Mediolí (PHS), segundo candidato mais rico a competir nessas eleições⁹, empresário eleito prefeito no município de Betim (MG), financiou a própria campanha com cerca de R\$ 4,4 milhões. Ele financiou também 228 candidatos à vereador sendo que 11 foram eleitos dentre as 23 cadeiras da legislatura atual¹⁰.

Na cidade de Barueri (SP), o prefeito eleito Rubens Furlan (PSDB) financiou 331 candidatos de 19 partidos diferentes, elegendo 18 das 21 cadeiras da legislatura atual (85,7%)¹¹.

Em São Paulo, João Dória (PSDB) doou a si mesmo cerca de R\$ 4,4 milhões do total arrecadado para financiamento de sua campanha (R\$ 12,4 milhões). Dos 55 vereadores, 9 foram eleitos com financiamento de Dória, 1/3 dos R\$ 4,4 milhões destinou-se à bancada legislativa¹², sua coligação garantiu inicialmente 45% de apoio (25 dos 55 vereadores)¹³.

Entretanto, o maior auto-doador de campanha não foi eleito, Rodrigo Pacheco (PMDB) candidato à prefeitura de Belo Horizonte (MG), doou a si mesmo R\$ 4,6

⁷ Cf. <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-no-13-165-de-29-de-setembro-de-2015>

⁸ Cf. <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>

⁹ Vittorio Mediolí (PHS) declarou ao TSE um patrimônio de R\$352.572.936,23, ficando atrás apenas de Aírton Garcia (PSB) que declarou possuir um patrimônio de R\$439.665.368,34.

¹⁰ Cf. <http://noticias.r7.com/eleicoes-2016/prefeitos-ricos-financiam-vereadores-13112016>

¹¹ Cf. <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,prefeitos-ricos-financiam-vereadores,10000088076>

¹² Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/10/1824480-camara-municipal-de-sao-paulo-tera-nove-eleitos-com-doacao-de-doria.shtml>

¹³ Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1819188-veja-lista-de-vereadores-eleitos-em-sao-paulo-na-eleicao-2016.shtml>

milhões, R\$ 200 mil a mais que Vittorio Mediolí (PHS) e João Dória (PSDB). Pacheco perdeu para Alexandre Kalil do mesmo partido de Mediolí, o Partido Humanista da Solidariedade (PHS). As novas regras aplicadas ao sistema eleitoral ajudaram partidos pequenos como o PHS.

IV. FRAGMENTAÇÃO PARTIDÁRIA

Os partidos com menos de 10 deputados eleitos para uma legislatura federal são considerados neste artigo como partidos de adesão, isto é, que se caracterizam por uma estratégia de troca de benefícios fisiológicos¹⁴. Há, portanto, uma afinidade entre: (1) a alta fragmentação partidária; (2) alta desconfiança nas instituições representativas e (3) o uso difuso da narrativa gerencialista acompanhada de um discurso antipolítico e polarizador por meio de apelo carismático através da mídia, especialmente TV e Internet¹⁵.

A alta fragmentação partidária fortalece a linha de pesquisa que afirma que a ininteligibilidade do sistema eleitoral brasileiro dificulta o reconhecimento de distinções programáticas e ideológicas entre os partidos, fato que incentiva a estratégia personalista e a sobre-representação dos pequenos partidos (AMES, 2003, MAINWARING, 2001; KRAUSE et al, 2016)¹⁶. Com a sobre-representação fica mais remota a possibilidade de uma reforma eleitoral eficaz, uma vez que “sistemas partidários muito fragmentados fortalecem a construção de alianças garantindo a sobrevivência dos pequenos partidos no mercado político” (NICOLAU, 2003).

O Quadro 2 ilustra este processo em âmbito legislativo federal. Entre os novos partidos o que mais cresceu foi o PSD (dissidência do PFL/DEM), seguido pelo PRB, SD e PROS. Dos 10 maiores apenas o PSB manteve crescimento linear.

¹⁴ Me aproprio aqui do termo “partido de adesão” elaborado por Claudio Gonçalves Couto (Departamento de Gestão Pública da Fundação Getúlio Vargas).

¹⁵ Calçado em (1) um discurso antipolítico e (2) polarizador; (3) em clientelas específicas e (4) estruturas verticais de mobilização capazes de reforçar uma ligação direta com o eleitor (partidos sem instâncias controladoras e redes sociais). Cf. CARNEIRO, 2009; WEYLAND, 2003.

¹⁶ No multipartidarismo brasileiro, no ano da redemocratização o país contava com 30 partidos, com pouca oscilação, até junho de 2017, o país conta com 35 partidos, 28 com representação no Congresso Nacional, fora os 34 partidos em formação.

Quadro 2: Composição da Câmara dos Deputados (1986 - 2014)

Partido	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
PMDB	260	108	107	83	77	89	78	66
PT	16	35	50	59	91	83	88	70
PSDB	-	38	63	99	69	66	54	54
PPB/PP	-	-	-	60	49	41	48	36
PDT	24	45	34	25	21	24	26	19
PTB	17	38	32	31	26	22	21	19
PFL/DEM	118	83	89	105	84	65	42	22
PL/PR	06	17	13	12	26	23	38	34
PSB	1	11	15	18	22	27	33	34
PPS	-	-	2	3	15	22	12	10
PSC	1	-	3	2	1	9	17	12
PCdoB	3	5	10	7	12	13	15	10
PRB	-	-	-	-	-	1	9	21
PV	-	-	-	1	5	13	14	8
PSD	-	-	-	-	-	-	-	37
PRP	-	-	-	-	-	-	2	3
PSL	-	-	-	1	-	-	1	1
PMN	-	1	4	2	1	3	4	3
PHS	-	-	-	-	-	2	2	5
PTC	-	-	-	-	-	4	1	2
SD	-	-	-	-	-	-	-	15
PSDC	-	-	-	-	-	-	-	2
PTdoB	-	-	-	-	-	1	3	1
PTN(PODE)	-	-	-	-	-	-	-	4
PSOL	-	-	-	-	-	3	3	5
PRTB	-	-	-	-	-	-	2	1
PROS	-	-	-	-	-	-	-	11
PEN	-	-	-	-	-	-	-	2

Fonte: TSE, disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores> -
 Legenda - ■ - ganhou; ■ - perdeu; ■ - manteve.

A hegemonia da coalizão petista¹⁷ fora também parcialmente desarticulada em âmbito municipal, atestando, tal qual em eleições anteriores, que a conjuntura nacional influencia muito a competitividade em âmbito municipal (LAVAREDA, et al, 2016). PT e PTB foram os maiores derrotados; o PMDB, que vêm perdendo força eleitoral desde 1994 quando tinha 17% da preferência eleitoral, atingindo 4,8% em 2010 e 6,25% em

¹⁷ Durante os governos de Lula e Dilma Rousseff, com exceção do PT, do PL e do PMDB, 14 partidos em algum momento configuraram na coalizão governista. Entre 2003 e 2014 – PC do B-PSB-PTB-PDT-PPS-PV-PP-PR-PRB-PTN-PSC-PTC-PSD e PROS.

2014¹⁸, mostrou novamente uma leve recuperação também em nível executivo e manteve-se como o partido com o maior número de prefeituras.

Quadro 3: Número de prefeituras por partido (2008 - 2016)

Partido	2008	2012	2016
PMDB	1.202	1.024	1.042
PT	597	638	263
PSDB	791	686	812
PP	551	476	498
PDT	352	307	342
PTB	413	298	266
DEM	496	278	268
PR	385	275	299
PSB	310	440	423
PPS	129	125	125
PSC	57	82	87
PCdoB	41	54	82
PRB	54	80	110
PV	75	100	105
PSD	-	498	546
PRP	17	23	19
PSL	15	23	30
PMN	42	42	30
PHS	13	16	37
PTC	13	20	15
PSDC	8	10	9
PTdoB	8	25	15
SD	-	-	64
PTN(PODE)	16	12	32
PRTB	11	16	10
REDE	-	-	8
PSOL	-	2	5
PROS	-	-	53
PEN	-	-	14
PPL	-	11	4
PMB	-	-	4
REDE	-	-	8
PSTU	-	-	-
PCO	-	-	-
NOVO	-	-	-

Fonte: Infográficos Estadão, disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/politica/eleicoes/2016/graficos/evolucaoapartidos/?cargo=prefeito&local=brasil>.
 Legenda - ■ - ganhou; ■ - perdeu; ■ - manteve

¹⁸ Conforme dados obtidos pela pesquisa “Eleições Presidenciais: Campanha, Emoção e Voto” – Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (EPESPE)/ Grupo de Pesquisa “Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral (UFMG).

Entre os novos partidos, destaca-se novamente para o PSD que conquistou 498 prefeituras em 2012 acrescentando mais 48 em 2016; o SD ganhou 64 prefeituras e o PROS ganhou 53.

V. PREFEITOS-EMPRESÁRIOS: GERENCIALISMO DIFUSO E *RENT-SEEKING*

A ideologia gerencialista apresentada ao mundo pela *New Public Management (NPM)*, nascida da necessidade de superação da lógica burocrática na administração pública, carrega um conteúdo ético-político que é costumeiramente apropriado pelos partidos liberais e conservadores desde dos anos 1980 (ELGIE, 1995; ELCOCK, 2001; FOLEY, 2013) e continua servindo de sustentáculo à uma linguagem eleitoral pautada na produção e manutenção de uma identidade popular favorável ao *ethos* neoliberal, ainda que às custas de direitos conquistados.

Nesse prisma, transporta-se do ambiente organizacional privado para o ambiente organizacional público, um perfil particular de liderança que teve sua imagem inicial atrelada à atuação de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos EUA. Descentralização, desregulamentação e desburocratização são os princípios motores da liderança gerencialista tida como apta a comprovar que a orientação para o mercado melhora o desempenho dos serviços públicos e do *accountability* público.

Como o foco está no controle dos resultados e na ênfase crescente na competitividade, na ideologia gerencialista, a prestação de contas (*accountability*) torna-se uma questão enigmática tanto em relação à disponibilidade e qualidade da informação quanto pelo controle social. Por essa razão, serve quase como um pretexto para líderes personalistas desenvolverem uma linguagem eleitoral e uma linguagem de governo desafiadora das normas e procedimentos da administração pública.

Quanto ao uso estratégico do discurso gerencialista antes e depois das eleições, evidencia-se nos prefeitos-empresários selecionados, uma relação parcialmente condizente que qualifica possível situação de conflito de interesses (público-privado) pela potencial prática de *rent-seeking*.

Nas democracias a procura de renda (*rent-seeking*) em geral ocorre por grupos de interesse em busca de benefícios coletivos aplicando recursos escassos na competição por rendas artificialmente criadas pela intervenção governamental no mercado. (HILLMAN & URSPRUNG, 2015). De acordo com MATIAS-PEREIRA (2010, p. 31) *rent-seeking* é a “privatização do setor público, efetivado por meio da organização de grupos de

pressão em torno do aparelho estatal, visando obter vantagens pessoais, para o grupo ou para suas respectivas classes”.

Os grupos de interesse constituem parte atuante no jogo político e agem pela imposição de tributação, concessão de subsídios, concessão de licenças, fixação de preços etc. Os incentivos institucionais favoráveis a comportamentos individualistas em relações governamentais apenas indicam forte presença desta estratégia política colocando-a em linha tênue com o tráfico de influência (*influence peddling*)¹⁹. Tal qual o *lobbying*, não é necessariamente acompanhado por corrupção, mas há um entendimento comum de que o modelo desregula a competitividade por recursos que poderiam ser melhor empregados em atividades produtivas. Tal qual o modelo organizacional patrimonialista, no *rent-seeking* há confusão entre direitos e privilégios.

Das 148 cidades brasileiras com mais de 200 mil habitantes, ao menos 40 prefeitos possuem uma trajetória como empresários que não pode ser desprezada. Neste estudo preliminar, foram excluídos casos *sub judice*²⁰.

Em razão do espaço para o artigo, selecionamos sete prefeitos-empresários: (1) João Doria Jr. (PSDB) – Prefeito de São Paulo (SP); (2) Udo Döhler (PMDB) – Prefeito de Joinville (SC); (3) Vittorio Mediolì (PHS) – Prefeito de Betim (MG); (4) Carlos Amastha (PSB) – Prefeito de Palmas (TO); (5) Ailton Garcia (PSB) – Prefeito de São Carlos (SP); (6) Hildon Chaves (PSDB) – Prefeito de Porto Velho (RO); (7) Alexandre Kalil (PHS) – Prefeito de Belo Horizonte (MG).

(1) João Doria Jr. (PSDB) – Prefeito de São Paulo (SP)

Na Câmara do Comércio Brasil-EUA em Nova York, quando recebeu o prêmio de “homem do ano”, João Doria Jr. (PSDB), primeiro candidato a ser eleito no primeiro turno para a prefeitura de São Paulo desde 1988, se apresentou oficialmente como prefeito

¹⁹ No Brasil, o tráfico de influência é crime tipificado pelo artigo 332 do Código Penal: Art. 332 - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função. Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

²⁰ Após decisão do STF em 2012, ficam proibidos de se eleger por oito anos apenas os políticos condenados pela Justiça em decisões colegiadas, cassados pela Justiça Eleitoral ou que renunciaram cargo eletivo para evitar processo de cassação.

de São Paulo e também como fundador do Grupo Dória e do LIDE (grupo de líderes empresariais)²¹.

O grupo LIDE que possui cerca de 1.700 empresas filiadas que representam 54% do PIB brasileiro é formado por empresários nacionais e internacionais com faturamento anual igual ou superior à R\$ 200 milhões. A empresa atua na produção de eventos empresariais com o intuito de aproximar os empresários de agentes públicos.

Sua principal área de atuação é o ramo editorial²². Entre os anunciantes chama a atenção os anúncios pagos por governos liderados por políticos do PSDB, como no caso do Governo de Goiás do governador Marco Perillo (PSDB), o Governo do Paraná com Beto Richa (PSDB), no Estado do Mato Grosso com Pedro Taques (eleito pelo PDT, mas que migrou para o PSDB) e o Governo de São Paulo com Geraldo Alckmin (PSDB), juntos já teriam repassado cerca de R\$ 10,1 milhões às empresas de Dória²³.

A proximidade da relação de empresários com agentes públicos promovida pela LIDE pôde ser vista no jogo entre Brasil e Uruguai em Montevideu em 23 de março de 2017, quando as placas publicitárias eletrônicas do estádio Centenário apresentaram a logomarca do programa “Cidade Linda” da prefeitura de São Paulo. O espaço foi cedido pelo dono da rede de farmácias Ultrafarma (Sydney Oliveira), uma das patrocinadoras atuais da seleção brasileira e um dos principais anunciantes no grupo editorial Dória²⁴.

Os pouco mais de 3 minutos de publicidade em rede nacional teriam relação com uma parceria selada entre a prefeitura e as principais drogarias particulares envolvendo a distribuição de medicamentos que antes eram distribuídos nas farmácias públicas nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e nas AMAs (Assistência Médica Ambulatorial), chamada de “Operação Remédio Rápido”²⁵. Essa relação ambígua foi alvo de representação no MP “quando Doria interrompeu uma reunião com seus secretários para divulgar, via redes sociais, os produtos de seu amigo e empresário”²⁶.

²¹ Cf. <http://www.brasil247.com/pt/247/sp247/287754/Doria-se-apresenta-a-investidores-como-prefeito-e-dono-do-Lide.htm>

²² O Grupo Doria é um grupo de comunicação e marketing composto por seis organizações: LIDE – Grupo de Líderes Empresariais; Doria Administração de Bens; Doria Internacional; Doria Editora; Doria Eventos e Doria Marketing & Imagem.

²³ Cf. <https://eleicoes.uol.com.br/2016/noticias/2016/09/30/governos-tucanos-repassaram-r-101-milhoes-a-empresas-de-doria-desde-2010.htm>

²⁴ Cf. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-faz-propaganda-em-jogo-do-brasil-anuncio-foi-presente-de-empresario.ghtml>

²⁵ Cf. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-faz-parceria-com-empresas-farmaceuticas-para-sp-receber-medicamentos-gratuitos.ghtml>

²⁶ <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/03/doria-e-alvo-de-representacao-no-mp-por-improbidade-administrativa>

Doria expandiu a verba para publicidade dos mais de 20 *slogans* relacionados aos programas de governo²⁷ e selou acordos que propiciaram investimento privado em ao menos 10 programas da prefeitura. No dia 17/04/2017 a prefeitura divulgou cerca de R\$ 286 milhões recebidos em doações do setor privado²⁸. No dia 21/06/2017, Doria afirmou que a prefeitura já havia recebido R\$ 700 milhões gerando inclusive a criação de uma comissão para gerenciar as doações privadas, comissão esta chefiada por Cláudio Carvalho, ex-diretor da empreiteira Cyrela e agora Secretário de Investimento Social²⁹. A construtora Cyrela, que fez reformas de banheiros públicos, pertence à família de Elie Horn, bastante próxima de Doria e que inclusive organizou uma exposição para homenagear a carreira de artista plástica de sua esposa³⁰.

Ainda que tenha sido publicada integralmente na página oficial de Doria no *Facebook*³¹, a planilha parcial das doações divulgadas no site de transparência da prefeitura que cumpriam todas as etapas legais é inconclusiva e obscurece alguns serviços prestados e bens doados³².

Doria entrou para a política motivado pela trajetória de seu pai João Doria (PDC), um influente publicitário e ex-deputado federal. Na mesma época em que fundou e participou ativamente em agências de publicidade e relações públicas, foi nomeado Secretário de Turismo do Município de São Paulo e também presidente da Paulistur (1983-1986) durante o governo de Mário Covas (PSDB). Foi posteriormente presidente da Embratur e do Conselho Nacional de Turismo (1986-1988) durante o governo José Sarney (PMDB). Doria Junior foi indicado para ambos os cargos por meio de André Franco Montoro (PMDB), Governador de São Paulo entre 1983 e 1987 e amigo pessoal de seu pai³³.

²⁷ Cf. <http://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/por-dentro-da-metropole/doria-abre-licitacao-e-preve-gasto-de-ate-r-100-mi-com-publicidade/>

²⁸ Cf. <http://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/04/doria-divulga-r-286-milhoes-em-doacoes-prefeitura.html>

²⁹ Cf. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-cria-comissao-para-gerenciar-doacoes-da-iniciativa-privada-a-sp.shtml>

³⁰ Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/10/1819951-eleito-doria-tera-que-negociar-parque-augusta-com-empreiteira-de-amigos.shtml>

³¹ Cf. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-publica-apenas-58-das-doacoes-recebidas-no-site-da-prefeitura-e-100-em-sua-pagina-no-facebook.shtml>

³² Cf. link da tabela no site da transparência da prefeitura de São Paulo <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/contas/Documents/Arquivos/doa%C3%A7%C3%B5es.pdf>

³³ Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1819182-metodico-e-centralizador-tucano-gosta-de-cultivar-amizade-com-pessoas-importantes.shtml>

Embora tenha sido secretário de turismo de Mario Covas (PSDB), Doria Junior somente se filiou ao PSDB em 2001. Dos 40 prefeitos eleitos em 2016 em cidades com mais de 200 mil eleitores e que possuem trajetórias relevantes como empresários, 13 são do PSDB (32,5%).

A candidatura do “outsider” Doria provocou uma divisão interna no partido levando a uma denúncia ao MP por compra de votos nas plenárias do partido por parte do vice-presidente nacional Alberto Goldman³⁴.

No que diz respeito à sua trajetória como gestor público, os inspetores do TCU encontraram nas contas de Doria à frente da Embratur “impropriedades de várias ordens”, como a contratação irregular de empresas, superfaturamento de contratos, não contabilização de verbas obtidas em convênio no exterior³⁵ e o pagamento de diárias de hotel e passagens aéreas duplamente debitadas³⁶.

Quando foi chamado a prestar contas como “gestor”, neste processo, Doria alegou que “não cabe ao Presidente da Entidade auditar pessoalmente livros e lançamentos contábeis”³⁷. Em parecer questionável juridicamente, Doria foi absolvido pelo TCU em 1994 em razão das dificuldades organizacionais e contábeis causadas pela “mudança da natureza jurídica de Empresa Pública para Autarquia”, uma “metamorfose empresarial” que o isentou de responsabilidades.

Em âmbito eleitoral, Doria conquistou votos na periferia graças aos *slogan* “João trabalhador”. Ao eleger-se, vestiu-se de “gari” (trabalhador varredor de rua) dando início simbólico ao programa “Cidade Linda”, imitando o antigo político populista Jânio Quadros, crítico de sua gestão à frente da antiga Paulistur, posteriormente desativada na gestão de Quadros (1986-1989).

O potencial *rent-seeking* na gestão de Dória já provocou a abertura de investigação por parte do MP a respeito de possível interferência da prefeitura em edital de chamamento público para a concorrência pelo patrocínio do Carnaval de rua na cidade³⁸.

³⁴ Cf. <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/promotoria-eleitoral-chama-anibal-e-goldman-para-depor-em-acao-contra-doria-e-alcmin/>

³⁵ Cf. <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/como-o-gestor-doria-escapou-da-condenacao-na-embratur-por-um-voto-politico-do-tcu-por-joaquim-de-carvalho/>

³⁶ Cf. <http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2017/03/29/ciorgomes/>

³⁷ Cf. http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc%5CAcord%5C19940502%5CGERADO_TC-4639.pdf

³⁸ Cf. <http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/politica/2017/06/12/GESTAO-DORIA-ORIENTOU-AMBEV-A-INFLAR-PROPOSTA-PARA-VENCER-CONCORRENCIA-POR-CARNAVAL.htm>

Seu estilo de liderança também foi destacado por membros do MP a respeito dos conselhos regionais de medicina e psicologia e demais entidades da sociedade civil atuantes na região da “cracolândia” não participarem das reuniões do chamado “Projeto Redenção”³⁹. Seu secretário de saúde, Wilson Pollara, afirmou que não foi informado e consultado sobre ação policial na região⁴⁰. Sua secretária de direitos humanos, Patrícia Bezerra, e o secretário-adjunto, Thiago Amparo, pediram exoneração.

A atuação de Doria parece estar orientada à execução acelerada de políticas a curto prazo, valendo-se de decisões arbitrárias sem prévio e devido planejamento estratégico, resolvendo-se em meras táticas de *marketing*. Doria aparenta desprezo pelos canais institucionais oficiais e vem promovendo sua gestão pela plataforma digital *Facebook*⁴¹. “Doria ganhou mais de 2 milhões de seguidores só nos 100 primeiros dias como prefeito – um crescimento de 495%”⁴².

Sua política de austeridade já suspendeu 20,7% dos gastos em Saúde, 43,5% em Cultura e 28,5% em Educação⁴³.

(2) Udo Döhler (PMDB) – Prefeito de Joinville (SC)

Udo Döhler (PMDB), prefeito reeleito de Joinville, cidade com maior PIB no Estado de Santa Catarina, empresário do ramo têxtil, presidente por cinco vezes da Associação Empresarial de Joinville (ACIJ)⁴⁴, foi responsável por 49,6% (R\$ 750 mil) das doações para sua própria campanha. Em 2012, foi o único candidato que teve 100% das doações da ACIJ advindas da classe diretora. Sua empresa, Döhler SA, doou R\$ 150 mil para sua campanha em 2012 (VOOS, 2016).

Nas duas campanhas, Döhler empregou um moderado discurso antipolítico e polarizador, dando mais ênfase, na segunda campanha, a um discurso de transparência na prestação de contas e modernização de gestão pública. Entretanto, após sua primeira

³⁹ Cf. <http://g1.globo.com/globo-news/estudio-i/videos/v/mp-de-sao-paulo-critica-projeto-redencao-e-cobra-mais-participacao-da-sociedade/5940000/>

⁴⁰ Cf. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/secretarios-de-doria-dizem-que-nao-sabiam-de-operacao-na-cracolandia.ghtml>

⁴¹ Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1876423-irritado-com-criticas-doria-usa-rede-social-para-prestar-conta-de-doacoes.shtml>. Ver também <https://www.facebook.com/jdoriajr/>.

⁴² Cf. <http://exame.abril.com.br/brasil/doria-divide-o-topo-dos-gestores-mais-influentes-nas-redes/>

⁴³ Cf. <http://exame.abril.com.br/brasil/10-acoas-de-doria-que-geraram-discordia-em-100-dias-de-gestao/>

⁴⁴ Presidente em 1974-1976; 1983-1984; 1987-1989; 2007-2009; 2010-2011.

gestão, no Ranking de Eficiência dos Municípios brasileiros (Folha de São Paulo), Joinville ocupa a 3.334ª colocação entre 5.281 municípios (pouca eficiência)⁴⁵.

Em sua primeira gestão, o MP instaurou processo de *impeachment* por crime de responsabilidade no “descumprimento de decisões proferidas em várias ações civis públicas relacionadas às demandas de saúde pública municipal”. Em 2015 a Câmara Municipal arquivou o processo por falta de quórum de maioria simples. Em decisão de cunho processual, o STF manteve o arquivamento⁴⁶.

O Poder Judiciário também suspendeu a tramitação da Lei de Ordenamento Territorial (LOT) proposta pelo Executivo, por meio de mandado de segurança. Apesar do arquivamento do processo por falta de provas, Döhler admitiu em gravação anexada em uma ação popular ajuizada em 2013 que foi procurado para agilizar possível pagamento de propina a alguns vereadores para aprovar a LOT. Döhler não mencionou quem de fato o procurou⁴⁷. A LOT foi aprovada somente em dezembro de 2016 e sancionada por Döhler em 2017.

O novo desenho institucional pós-eleição, com 58% de renovação entre as 19 cadeiras da Câmara, favoreceu a solidificação de uma base parlamentar e Döhler obteve aprovação por unanimidade para a terceira reforma administrativa. Em 2013 eliminou 212 cargos comissionados e reduziu o número de secretarias de 14 para 8. A segunda reforma (2015) transformou a Fundação do Meio Ambiente (Fundema) em secretaria aumentando o número para 9 e a terceira (2017) extinguiu toda a administração indireta. Foram extintas as fundações de cultura, a de esportes, a de desenvolvimento rural, a Fundamas - de cursos técnicos e profissionalizantes - e o instituto Ippuj de planejamento para o desenvolvimento sustentável, assim como a Secretaria de Integração e Desenvolvimento Econômico e a substituição da Agência Municipal de Água e Esgoto (Amae) por um consórcio público. O Executivo concentra agora 15 secretarias, uma a mais que em 2013.

A arrecadação real de impostos do município que cresceu 12,3% passando de R\$ 368 milhões em 2013 para R\$ 413 milhões em 2016 ainda não é suficiente para regularizar as contas públicas⁴⁸.

⁴⁵ Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/remf/>

⁴⁶ Cf. <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=298960>

⁴⁷ Cf. <http://www.gazetadejoinville.com.br/portal/2015/12/17/prefeito-udo-dohler-reafirma-ao-ministerio-publico-possivel-cobranca-de-propina/>

⁴⁸ Cf. <http://conecdados.jor.br/impactos-da-crise-na-arrecadacao-municipal-se-acentuaram-em-2016/>

Quanto a sua atuação no setor privado, seu principal empreendimento, a Döhler SA, entre 2008 e 2012 passou do quinto para o segundo lugar no *ranking* nacional do segmento têxtil e foi responsável por transformações no processo produtivo crescendo de 10% a 15% ao ano, mesmo com a concorrência chinesa possibilitando preços até 40% mais baixos⁴⁹.

Todavia, a Döhler SA possui um processo por crime ambiental (2013). Mesmo admitindo o crime, a empresa tentou na justiça de Joinville declarar a Fundema (extinta por ele em 2015) sem poderes para aplicar a multa de R\$ 350 mil e anular a autuação tendo o pedido negado pelo TJ-SC⁵⁰.

Quanto à sua motivação para entrar para a política, a ACIJ era considerada nos anos 1980 e 1990, uma associação empresarial totalmente autocrática⁵¹. O grupo “autocrático”, representativo das empresas tradicionais da cidade e liderado por Udo Döhler foi perdendo espaço conforme o desenho da instituição foi acomodando um maior número de núcleos e dando maior representatividade aos pequenos empresários (CASTAN apud VOOS, 2016).

Döhler representava na associação um perfil de liderança centralizador tradicional desde a fundação da entidade em 1911 e que foi perdendo espaço em razão da ampliação do quadro associativo. Em meio a este processo, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), político tradicional em Santa Catarina o convenceu a candidatar-se a prefeito.

(3) Vittorio Medioli (PHS) – Prefeito de Betim (MG)

Nascido na Itália, Vittorio Medioli (PHS), segundo prefeito-empresário mais rico, foi eleito para governar o município de Betim (MG). No site do TSE sua ocupação é identificada como “outros”⁵². Seus negócios são bastante diversificados. Dono do Grupo Sada, uma companhia de logística que investiu desde setores como siderurgia, biocombustíveis, concessionárias de automóveis, mercado editorial com os jornais da Sempre Editora (O Tempo, Pampulha, O Tempo Betim, Super Notícia, O Tempo

⁴⁹ Cf. <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/economia/negocios/noticia/2014/10/como-a-industria-dohler-driblou-a-concorrenca-chinesa-4627966.html>

⁵⁰ Cf. <http://www.gazetadejoinville.com.br/portal/2013/09/08/justica-mantem-condenacao-de-dohler-por-crime-ambiental/>

⁵¹ A ACIJ conta com mais de 60% das empresas associadas do setor de Serviços; 21% do setor industrial e 19% do comércio, dividida em 25 Núcleos Setoriais, absorvendo 24 sindicatos patronais.

⁵² Cf. <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2016/2/41335/130000080259>

Contagem) até um time de vôlei, emprega cerca de 10 mil pessoas e registrou um faturamento de R\$ 3 bilhões no ano de 2016⁵³.

Foi condenado em 2015 a 5 anos e 5 meses de prisão pela Justiça Federal de Minas Gerais por crime de evasão de divisas e manutenção clandestina de depósitos no exterior após investigação pela Operação Farol da Colina, da PF. “A investigação foi um desdobramento do caso Banestado, em que apurou-se a evasão de US\$ 30 bilhões por políticos para o exterior entre 1996 e 2002. Na época dos fatos, Vittorio Medioli era deputado federal e cumpria mandato pelo PSDB”⁵⁴. Seu capital político foi construído durante os quatro mandatos de deputado entre 1991 e 2006, assim como seus jornais no ramo editorial.

Seu conglomerado empresarial teve também pedido de sigilo negado sobre operações de fusão e aquisição de empresas não notificadas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)⁵⁵.

Enquanto deputado pelo PSDB durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, integrou a Comissão de Economia, Indústria e Comércio. Presidiu a Associação Nacional das Empresas Transportadoras de Veículos (ANTV) entre 2002 e 2004 quando tornou-se vice-presidente da executiva estadual do PSDB. Foi ainda diretor do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Carga de Minas Gerais⁵⁶.

Como dito anteriormente, dos 23 vereadores da atual legislatura, 11 foram financiados por Medioli. Sua coligação contou com impressionantes 15 partidos⁵⁷ não tendo dificuldades para aprovar sua reforma administrativa⁵⁸. Medioli assumiu um município com R\$ 2 bilhões em dívidas e uma de suas primeiras medidas foi assinar um decreto de calamidade financeira livrando-se temporariamente das penalidades previstas pelo inadimplemento da Lei de Responsabilidade Fiscal⁵⁹.

Medioli está altamente “blindado” pelo fato de que seus jornais “O Tempo”, “Supernotícias” e “Pampulha” têm grande influência na opinião pública local. Sua

⁵³ Cf. <https://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico/20160811/281698319140415>

⁵⁴ Cf. <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/02/ex-deputado-federal-vittorio-medioli-e-condenado-por-evasao-de-divisas.html>

⁵⁵ Cf. http://www.anticartel.com/materias/2016-08-23-negado_pedido_de_sigilo.html - <http://tribunadebetim.com.br/17-carteis/2007-negado-pedido-de-sigilo-%C3%A0s-opera%C3%A7%C3%B5es-n%C3%A3o-notificadas-do-grupo-sada.html>

⁵⁶ Cf. <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/medioli-vittorio>

⁵⁷ PP/ DEM/ PTN/ PR/ PHS/ PMN/ PV/ PMB/ PTC/ PSDB/ PC do B/ PT do B/ PRB/ SD/ PSD

⁵⁸ Cf. <http://www.otempo.com.br/o-tempo-betim/reforma-que-extingue-608-cargos-comissionados-%C3%A9-aprovada-1.1425474>

⁵⁹ Cf. http://www.betim.mg.gov.br/arquivosorgao/orgaooficial_10_1360_1_03012017.pdf

postura desafiadora ocorre por intermédio de seus jornais instrumentalizando o ataque a adversários políticos⁶⁰.

(4) Carlos Amastha (PSB) – Prefeito de Palmas (TO)

Carlos Amastha (PSB), colombiano naturalizado brasileiro, empresário no ramo imobiliário (*shopping centers*) doou para sua campanha o valor de R\$ 4,3 milhões. Foi eleito prefeito de Palmas (TO) em 2012 pelo PP, quando se apresentava pela alcunha de Amastha “do Shopping” e reeleito em 2016 pelo PSB.

A relação com a Câmara Legislativa foi turbulenta em seu primeiro mandato, os trabalhos legislativos ficaram paralisados em razão de uma disputa política para a aprovação de um empréstimo internacional de quase R\$ 470 milhões para obras de infraestrutura. O PMDB era oposição legislativa à Amastha na presidência da Câmara e na Comissão de Constituição e Justiça. A crise se acentuou em razão da disputa por mudanças nas Comissões Permanentes que foi resolvida judicialmente quando foi julgada procedente a intenção da base governista de refazer as Comissões⁶¹. Após a redefinição das Comissões, a presidência da Câmara voltou à base aliada do governo e, em sessão extraordinária, foi aprovado o empréstimo de mais de US\$ 60 milhões junto à Corporação Andina de Fomento/Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)⁶².

O discurso de austeridade fiscal de Amastha, alinhado a uma narrativa gerencialista não converge com o levantamento feito pelo Legislativo de que somente entre 2011 e 2016, a dívida da prefeitura com instituições bancárias somam R\$ 5 bilhões, nem com a decisão de aumentar o imposto predial (IPTU), aumento este suspenso pelo TJ-TO⁶³. Amastha continua tendo problemas para aprovar novos empréstimos para pagar antigos empréstimos⁶⁴.

O TCU-TO também apontou “irregularidades de natureza grave” na política habitacional (HabitaPalmas)⁶⁵ e o MP suspendeu edital lançado pelo Instituto de

⁶⁰ Cf. <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/o-tempo-contra-betim>

⁶¹ Cf. <http://www.clebertoledo.com.br/n82276>

⁶² Cf. <http://www.jmnoticia.com.br/2017/02/01/em-sessao-extraordinaria-camara-de-palmas-aprova-emprestimo-de-us-60-milhoes-de-dolares/>

⁶³ Cf. <http://conexaoto.com.br/2017/03/07/amastha-sofre-mais-uma-derrota-na-justica-desembargador-nega-liminar-a-prefeitura-de-palmas-que-busca-manter-aumento-do-iptu>

⁶⁴ Cf. <http://www.gospelgeral.com.br/index.php/2017/06/05/dividas-do-tocantins-com-bancos-ja-somam-r-5-bi-em-emprestimos-deputados-questionam-novos-imprestimos/>

⁶⁵ Cf. <http://www.clebertoledo.com.br/estado/2017/06/12/87816-tce-ve-problemas-quot-graves-quot-em-lei-que-criou-o-habitaalmas-e-quer-documentos>

Previdência Social (Previpalmas) devido a “graves afrontas” aos princípios da administração pública⁶⁶.

Quanto a seus negócios, a base de operações de sua empresa antes de chegar a Tocantins em 1999, era a cidade de Florianópolis (SC). Amastha é um dos 54 indiciados pela PF na Operação Moeda Verde (2006) que apurou esquema de compra e venda de licenças ambientais e de crimes contra a ordem tributária, falsificação de documento, formação de quadrilha, corrupção e tráfico de influência para beneficiar grandes empreendimentos, incluindo um de seus antigos empreendimentos (Floripa Shopping). O inquérito foi enviado para o TRF em razão do foro privilegiado conquistado por Amastha ao ser eleito prefeito de Palmas em 2012, o que levanta suspeitas a respeito dos motivos que o levaram a ingressar na carreira política⁶⁷.

Em abril de 2017, Amastha é eleito o novo primeiro vice-presidente nacional da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) que reúne prefeitos de capitais e cidades com mais de 50 mil habitantes⁶⁸.

(5) Airtton Garcia (PSB) – Prefeito de São Carlos (SP)

Airtton Garcia (PSB), eleito prefeito de São Carlos (SP) é o prefeito-empresário mais rico segundo patrimônio declarado junto ao TSE. Garcia que foi vice-prefeito entre 1996 e 2000 na gestão de Dagnone de Melo (PFL/DEM, PTB e PSD) atua no ramo imobiliário e de extração de minério. Seus interesses privados no loteamento de terras na cidade deram a ele o título de “pai dos pobres” ao socializar os custos de instalação e venda barata de lotes de terras. Seus lucros privados gerados pela valorização da terra e o acobertamento de irregularidades ambientais ofuscaram a representação messiânica de Garcia junto a um eleitorado de baixa renda (OLIVEIRA, 2015:42-45).

O prefeito ainda encontra resistência no legislativo municipal, principalmente na atuação de vereadores de seu próprio partido⁶⁹. Também pesam sobre sua trajetória no

⁶⁶ Cf. <http://www.clebertoledo.com.br/estado/2017/05/19/87255-prefeitura-suspende-edital-do-previpalmas-e-exonera-diretor-de-investimentos>

⁶⁷ Cf. <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2013/04/apos-seis-anos-inquerito-da-operacao-moeda-verde-segue-para-brasilia-4118260.html> - <https://www.youtube.com/watch?v=V2hgppgsxn0>

⁶⁸ Cf. <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/jonas-toma-posse-como-presidente-da-frente-nacional-de-prefeitos.ghtml>

⁶⁹ Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=rw2ZEsOsFgo> . Ver também <http://www.jornalpp.com.br/politica/item/121288-vereadores-apresentam-denuncias-contr-governo-de-airton-garcia>

setor privado e no setor público alguns processos e condenações⁷⁰. Em seis meses de gestão, a reforma administrativa e demais projetos de lei como, por exemplo, sobre o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)⁷¹ ainda não encontraram um desfecho assim como a reestruturação da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, diretamente ligada a seus interesses imobiliários. Com exceção de medidas de “zeladoria”, quase todas as ações municipais ainda estão ligadas à obras licitadas em governos passados⁷².

Já decretou calamidade financeira uma vez e espera fazê-lo novamente⁷³. Em menos de seis meses, sua atuação gerou a instauração de duas CPIs⁷⁴ e muitas desavenças com entidades sindicais.

(6) Hildon Chaves (PSDB) – Prefeito de Porto Velho (RO)

Um dos três “outsiders” que jamais haviam disputado uma eleição ao lado de João Dória (PSDB) em São Paulo e Alexandre Kalil (PHS) em Belo Horizonte, Hildon Chaves (PSDB), eleito prefeito de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, está identificado no site do TSE como “empresário”. Entretanto, chegou em Porto Velho em 1992 depois de aprovado em concurso público para promotoria (MP) e suas empresas foram registradas entre 1998 e 2007⁷⁵. Atua no setor de educação superior, comércio varejista e construção civil.

Comparado a João Dória (PSDB), Chaves se vendeu como um “gestor eficaz”, no entanto, exonerou-se do MP somente em 2013. Como o inciso X do artigo 117, da Lei 8.112/90 (Estatuto dos Servidores Públicos) não autoriza o servidor público a participar de gerência ou administração de sociedade privada, podendo ser apenas sócio de

<https://www.acidadeon.com/saocarlos/NOT,3,3,1247002,Depois+da+polemica+Airton+Garcia+registra+B-O+contra+vereador.aspx>

⁷⁰ Cf. <http://www.saocarlosagora.com.br/cidade/noticia/2011/08/26/21384/airton-garcia-perde-briga-com-regina-bortolotti-na-justica/> Ver também <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri07119814.htm>

⁷¹

Cf.

<https://www.acidadeon.com/saocarlos/cotidiano/educacao/NOT,3,3,1241311,Airton+Garcia+encaminha+projeto+de+lei+com+anistia+fiscal+total.aspx>

⁷² Cf. <http://www.regiaoemdestake.com.br/site/2017/04/08/obras-airton-garcia-vai-entregar-05-obras-na-area-da-saude-em-sao-carlos/>

⁷³ Cf. <http://www.saocarlosagora.com.br/politica/noticia/2017/05/15/86550/colapso-airton-garcia-disse-que-pode-decretar-calamidade-financeira/>

⁷⁴ Cf. <http://www.jornalpp.com.br/cidade-sitemap/item/121792-e-do-jogo-diz-airton-garcia-sobre-duas-cpis>

⁷⁵ Cf. <http://www.consultasocio.com/q/sa/hildon-de-lima-chaves>

responsabilidade limitada, a narrativa gerencialista de Chaves se revela oportunista e ilegítima, pois se de fato ele exerceu a atividade de gestor empresarial, cometeu infração administrativa em ilícito de mera conduta permanente por pelo menos 15 anos. Duas empresas de sua propriedade firmaram contratos com o poder público de Rondônia enquanto ele ainda era promotor público⁷⁶. Em sua defesa, “alegou que sua esposa e sócia inscreveu a empresa na disputa sem que ele soubesse”⁷⁷. Contudo, foi apenas em 2012 que ele foi alvo de sindicância pela corregedoria do MP.

Seu padrinho político é Expedito Junior (PSDB), presidente do Diretório Regional do PSDB em Rondônia (2015-2017), condenado por compra de voto e abuso de poder econômico durante a eleição de 2006 com mandato de Senador cassado pelo TSE tendo também barrada sua candidatura ao Governo de Rondônia em 2010⁷⁸ e sendo mais uma vez denunciado por corrupção eleitoral em 2015⁷⁹.

(7) Alexandre Kalil (PHS) – Prefeito de Belo Horizonte (MG)

Alexandre Kalil (PHS), ex-dirigente do clube de futebol Atlético Mineiro, um dos sócios majoritários das empresas Erkal Engenharia Ltda; Fergikal Ltda e Alka Locação de Maquinas e Equipamentos, empresas que atuam no ramo de construção de rodovias e ferrovias, atacou estrategicamente em sua campanha a aliança entre o ex-governador de Minas Gerais Aécio Neves (PSDB) e o atual governador Fernando Pimentel (PT) que apoiaram Márcio Lacerda (PSB) ex-prefeito de Belo Horizonte (MG) com quem firmou mais de R\$ 50 milhões em licitações⁸⁰. Tal qual Kalil, o ex-prefeito de Belo Horizonte (MG) também é empresário⁸¹.

⁷⁶ A empresa Sociedade Pimentense de Educação e Cultura, firmou contrato com a Secretaria de Educação de Rondônia (125/PGE 2011) e a empresa Sociedade Educacional Cascoal firmou contrato com a Secretaria de Saúde de Rondônia (Sesau), enquanto Hildon Chaves atuava como promotor público de saúde (438/PGE 2012).

⁷⁷ Cf. <http://veja.abril.com.br/politica/doria-de-porto-velho-ja-foi-punido-por-misturar-publico-e-privado/> - <http://painelpolitico.com/como-um-servidor-publico-pode-ficar-milionario-explica-hildon/> -

⁷⁸ Cf. <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/09/senador-cassado-recorre-ao-stf-para-tentar-garantir-candidatura.html>

⁷⁹ Cf. <http://rondoniaovivo.com/noticias/estava-abafado-expedito-junior-e-denunciado-mais-uma-vez-por-corrupcao-eleitoral/128510>

⁸⁰ Cf. <http://bhaz.com.br/2016/10/20/empresas-de-alexandre-kalil-fecharam-mais-de-r-50-milhoes-em-contratos-na-gestao-de-marcio-lacerda/>

⁸¹ Lacerda (PSB) atuou como executivo no ramo de telefonia (Tele-América S/A) e como gestor sócio fundador de empresas no ramo de equipamentos e construção de redes de telefonia (Construtel e Batik) com contratos em diversos estados da federação por meio do antigo sistema Telebrás anterior à desprivatização em 2010.

Se filiou ao PHS sete meses antes da eleição, seu partido teve crescimento considerável como mostram os quadros 2 e 3.

As “manobras” para a aprovação de sua reforma administrativa foram realizadas diretamente pelo polêmico vereador Léo Burguês (PSL), líder do governo na Câmara e também empresário.

Burguês foi filiado ao PTC antes de ficar 15 anos no PSDB, migrando para o PT do B e finalmente para o PSL. Conhecido organizador de festas para as classes média e alta (essa a origem do apelido “burguês”), foi assessor de Aécio Neves (PSDB) entre 2005 e 2008 quando Neves era governador. Burguês ficou conhecido por defender em 2012 aumento salarial de 61,8% para os parlamentares municipais (negado pelo então prefeito Márcio Lacerda) e de ter sido acusado de improbidade administrativa por haver comprado quase R\$ 62 mil em lanches no bufê de sua madrastra – o que o transformou até em tema de marchinha no Carnaval⁸⁸. Com seu mandato cassado em primeira instância em 2013 e declarado inelegível por oito anos, Burguês recorreu ao Ministério Público Eleitoral (MPE) que arquivou o processo sem julgamento do mérito⁸⁹.

CONCLUSÃO

Considerando os incentivos produzidos pelo contexto macroeconômico – impulsionado pela crise econômica e fiscal – e pelo contexto institucional – impulsionado pelas novas regras eleitorais – a alta fragmentação partidária e o descontentamento generalizado com a democracia representativa redimensionaram a demanda por um estilo de liderança personalista largamente explorado pelas estratégias de *marketing* dos prefeitos-empresários selecionados.

A maior utilização das redes sociais também redimensionou a mobilização de clientelas específicas. Porém, todos os prefeitos-empresários selecionados, em algum grau, (1) buscaram apelo carismático com os eleitores; (2) sustentaram discurso antipolítico e (3) polarizador; e (5) recorreram a estruturas verticais para chegar ao poder, uma vez que as características do ambiente fizeram da mediação partidária uma atividade dispensável para candidatos com alto poder econômico.

⁸⁸ Cf. <http://vejabh.abril.com.br/materia/cidade/depois-ter-seu-mandato-cassado-vereador-leo-burgues-consegue-derrubar-sentenca-justica/>

⁸⁹ Cf. <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tre-mg-extingue-processo-de-cassacao-de-leo-burgues,1011655>

Mesmo aqueles que foram reeleitos (Döhler-PMDB e Amastha-PSB), ainda se apresentaram como *outsiders* vendendo sua imagem como a de alguém “que ainda não é corrupto”. Embora a necessidade de uma austeridade contínua do orçamento prive estes prefeitos de recursos socioeconômicos para sustentar o apoio político conquistado, todos ainda mantêm altos índices de aprovação e continuam a explorar vastamente as redes sociais para modular sua popularidade, principalmente João Dória (PSDB) e Hildon Chaves (PSDB). A forma como os prefeitos utilizam as redes sociais confunde linguagem eleitoral e linguagem de governo. Todos estão em constante campanha ainda que muitas das ações ainda estejam ligadas a obras licitadas em governos passados, como no caso de Airtton Garcia (PSB).

Está além dos propósitos deste artigo polemizar a diferenciação conceitual que envolve o tema do populismo. Contudo, o quadro 4 apresenta uma classificação parcial segundo a definição de populismo adotada – populismo como estratégia racional – (WEYLAND, 1996; 2003; ROBERTS, 1997; 2007; CARNEIRO, 2009) com base em discursos oficiais e espontâneos, análise de conteúdo de *marketing* eleitoral de campanha e estrutura de mobilização.

Quadro 4 – Classificação dos prefeitos-empresários segundo definição de populismo adotada

Líderes	Apelo Carismático	Discurso Antipolítico	Discurso Polarizador	Estrutura Partidária	Estrutura Eleitoral	Estrutura Orgânica
Chaves (PSDB)	Alto	Alto	Médio	Baixa	Alta	-
Dória (PSDB)	Alto	Alto	Alto	Baixa	Alta	-
Amastha (PSB)	Alto	Alto	Médio	Baixa	Alta	-
Garcia (PSB)	Alto	Alto	Médio	Baixa	Alta	-
Dohler (PMDB)	Alto	Médio	Baixo	Baixa	Alta	Baixa
Medioli (PHS)	Médio	Médio	Baixo	-	Alta	Baixa
Kalil (PHS)	Alto	Alto	Alto	-	Alta	-

Fonte: elaborado pelo autor e adaptado de CARNEIRO, 2009:20.

O quadro 4 revela que com exceção de Vittorio Medioli, todos estabeleceram estratégias de *marketing* altamente personalistas. O apelo carismático ou a capacidade de fazer com que o eleitorado se identifique diretamente com a imagem do candidato de forma mais afetiva e menos política é reflexo da baixa institucionalização partidária e do grau de profissionalismo nas campanhas eleitorais.

A baixa institucionalização partidária e a desconfiança política fizeram com que todos eles utilizassem as estruturas partidária e orgânica (entidades setoriais) apenas de forma protocolar. A estrutura de mobilização foi basicamente eleitoral, concentrando-se na relação direta através dos meios de comunicação, principalmente TV e Internet.

O quadro 4 também indica que o discurso polarizador se concentrou nas capitais de São Paulo (João Doria) e Minas Gerais (Alexandre Kalil) onde o antipetismo e o índice de abstenção são mais altos e a pressão da mídia por resultados a curto prazo é mais contundente.

Como o populismo é considerado, segundo nossa afiliação teórica, como uma estratégia racional aplicada antes e depois das eleições, apenas João Doria e Carlos Amastha, até o presente momento, revelam uma estratégia abertamente populista enquanto linguagem de governo. Doria mais próximo do populismo político e Amastha também do populismo econômico⁹⁰.

Quanto ao estilo de atuação, o quadro 5 indica a qualificação inicial de acordo com definição adotada no quadro 1. A relação com o Legislativo e o Judiciário e o formato de execução das políticas públicas, até o presente momento, são as variáveis mais seguras, tendo em vista que as informações sobre a relação com o secretariado e com a sociedade civil são ainda insuficientes.

Quadro 5 – Classificação inicial de acordo com definição de estilo de liderança adotada no quadro 1

Líder	Restrições	Informação	Estilo
João Doria (PSDB)	Desafia	Fechado	Expansionista
Udo Dohler (PMDB)	Respeita	Fechado	Diretivo
Vittorio Mediolli (PHS)	Respeita	Fechado	Consultivo
Carlos Amastha (PSB)	Desafia	Fechado	Expansionista
Airton Garcia (PSB)	Desafia	Fechado	Expansionista
Hildon Chaves (PSDB)	Desafia	Aberto	Incremental
Kalil (PHS)	Respeita	Aberto	Complacente

Elaborado pelo autor

Em apenas seis meses de mandato, as informações disponíveis merecem um tratamento empírico e analítico mais detalhado.

João Dória, Carlos Amastha e Hildon Chaves ainda estão mais preocupados em alavancar popularidade e apresentam um estilo com foco em solução de problemas a curto prazo, indicando pouca afeição à planejamentos a médio e longo prazo. Por outro lado, Alexandre Kalil, que empregou uma estratégia eleitoral abertamente populista, apresenta

⁹⁰ O populismo econômico está atrelado à expansão do déficit fiscal ampliando investimentos para acelerar o crescimento econômico e garantir apoio político.

um estilo mais complacente, se mostra mais cauteloso e preocupado com o planejamento a médio e longo prazo, assim como na fomentação de consensos com o Legislativo e com a sociedade civil. Vittorio Medioli e Udo Döhler são aqueles com o perfil mais técnico, porém apenas Medioli indica um estilo orientado para relacionamentos. Airtton Garcia é o que vem apresentando maiores dificuldades de relacionamento com os poderes Legislativo e Judiciário, revela um estilo mais autoritário e pouco afeito a consensos. O resultado é uma paralisia no processo decisório e embates diretos com vereadores e sindicatos.

O “choque de gestão”, em alguns casos, traz elementos inovadores, porém ainda merecedores de maiores estudos.

Bibliografia

AMES, Barry (2003). Os entraves da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrad Brasil, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes :ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

CARNEIRO, Gabriela de O.P. *A Nova Maioria: Determinantes do Apoio Político ao Neoliberalismo na América Latina*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo (USP), 2009.

ELCOCK, Howard J. *Political Leadership*. Cheltenham: Edward Edgar, 2001.

ELGIE, Robert. *Political Leadership in Liberal Democracies*. Houndmills, U.K.: Macmillan Press, 1995.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro : Zahar, 1976.

FOLEY, Michael. *Political Leadership: themes, contexts and critiques*. UK: Oxford University Press, 2013.

FURTADO, Celso. “Obstáculos políticos ao crescimento econômico no Brasil”. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1965.

GREENSTEIN, F. I. *The Presidential Difference: Leadership Style From FDR to Clinton*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2000.

HERMANN, M.G. “Assessing Leadership Style: a Trait Analysis”. *Social Science Automation, Inc.*, Hilliard, Ohio, 2002.

- HILMANN, Arye L.; URSPRUNG, Heinrich W. “Rent seeking: The idea, the reality, and the ideological resistance”. For presentation, Department of Economics, International Trade and Development Seminar, University of Pittsburgh, October 7, 2015.
- KRAUSE, Silvana; FERREIRA, Denise P.; RIBEIRO, Pedro F.; MELO, Paulo V. “Fragmentação das eleições locais e a emergência de novas forças políticas no Brasil” In LAVAREDA, A.; TELLES, H. *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016.
- LAVAREDA, A.; ANDRADE, B.; ROCHA, E.; LINS, B. “Eleições municipais de 2012 e sinais para adiante”. In LAVAREDA, A.; TELLES, H. *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016.
- LI, Hongbin; MENG, Lingsheng; ZHANG, Junsen. “Why do entrepreneurs enter politics? Evidence from China.” *Economic Inquiry* 44, 559–578, 2006.
- LONGO, Francisco. “Public governance for results: a conceptual and operational framework”. In: *The United Nations Committee of Experts on Public Administration (CEPA) Meeting 10TH*, Nova York, 2011.
- MAINWARING, Scott, P. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- MANCUSO, Wagner P. “O Empresariado como Ator Político no Brasil: Balanço da Literatura e Agenda de Pesquisa”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 28, p.131-146, 2007.
- MATIAS-PEREIRA, José. *Governança no Setor Público*. São Paulo: Atlas, 2010.
- NICOLAU, J. “A reforma política e os pequenos partidos”. In: *Reforma política - Realizações e Perspectivas*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.
- OLIVEIRA, Viviane F. “Diferentes formas de produção do espaço urbano periférico”. In: *Os sentidos da casa própria: condomínios horizontais populares fechados e novas práticas espaciais em Presidente Prudente e São Carlos* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 27-129.
- ROBERTS, K. “Neoliberalism and the transformation of populism in Latin America”. *Government and Opposition*, n. 32, v. 2, p. 192, 1997.
- _____. “Latin America's Populist Revival”. *SAIS Review of International Affairs*, v. 27, n. 1, 2007.
- ROSANVALLON, Pierre. *La Contrademocracia: la política en la era de la desconfianza*. Buenos Aires: Manantial, 2011.

SCHNEIDER , Ben R. The State and Collective Action: Business Politics in Latin America. Paper prepared for delivery at the meetings of the Latin American Studies Association, Chicago, IL, September 1998.

VOOS, Charles H. *Quem manda nesta cidade? Poder e rent-seeking urbano em Joinville/SC após o Estatuto da Cidade*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

WEBER, M. “Política como Vocação”. In GERTH, H.; WRIGHT MILLS, C. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

WEYLAND, Kurt. “Neopopulism and Neoliberalism in Latin America: How Much Affinity?” Paper for Panel on A Neopopulism in Latin America: Conceptual and Theoretical Issues. XXIV International Congress, Latin American Studies Association Dallas, TX, 27-29 March 2003.

_____. “The Brazilian State in the New Democracy”. Paper for panel on Appraising Brazilian Democracy XX International Congress Latin American Studies Association Guadalajara, Mexico, April 17-19, 1997.